

“Ter mais tempo para empreender”, diz ministro sobre fim da 6 x 1

Paulo Pereira defendeu a redução da jornada de trabalho e detalhou programas a pequenos negócios



Paulo Pereira assumiu o Ministério do Empreendedorismo em 22 de abril

Após aprovação pela Câmara dos Deputados da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que coloca fim à jornada de trabalho 6 x 1, o ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Paulo Pereira, reforçou a defesa da medida como parte de uma agenda do governo de modernização das relações trabalhistas e estímulo ao empreendedorismo.

Durante participação no programa “Bom Dia, Ministro”, na quinta-feira(28), Paulo Pereira lembrou que a proposta também prevê a redução da jornada semanal de 44 para 40 horas, sem redução salarial, além da substituição gradual da escala 6x1 — modelo em que o trabalhador atua seis dias consecutivos com um dia de descanso — por formatos mais flexíveis de organização do trabalho.

Para ele, a mudança vai aumentar a produtividade e o bem-estar dos trabalhadores, gerando impactos positivos no consumo e na economia. “Temos cerca de 16 milhões de brasileiros vão passar

a trabalhar na 6x2”. Outros 38 milhões de brasileiros vão passar a trabalhar 40 horas semanais. As pessoas vão ter mais tempo com as famílias, pra estudar, pra empreender e pra consumir, com mais lazer, mais passeios” disse.

Para micro e pequenas empresas, o governo está estudando regulamentações específicas e mecanismos de transição para garantir que esses negócios consigam se adaptar sem prejuízos financeiros. “É uma regra geral, vale para todo mundo, mas a gente ainda não desceu nas especificidades de cada uma das atividades”, explicou. Segundo avaliação do Ministério do Empreendedorismo, cerca de 51% dos micro e pequenos empresários não veem impacto negativo na mudança, enquanto a percepção contrária caiu para cerca de 27% em 2026, conforme pesquisas do Sebrae citadas pelo governo. O ministro afirmou que a mudança será acompanhada de mecanismos de compensação e apoio a setores mais impactados, incluindo acesso a crédito e políticas de transição.

Desenrola Empresas

Outro ponto da agenda econômica do governo é o programa Desenrola Empresas, voltado à renegociação de dívidas de microempreendedores individuais (MEIs), microempresas e empresas de pequeno porte. Segundo dados oficiais mais recentes, o programa já integra o chamado Novo Desenrola Brasil. De acordo com o governo, mais de 355 mil operações foram formalizadas, movimentando aproximadamente R\$ 737 milhões em dívidas renegociadas.

Linhas de crédito

Na linha de crédito do Pronampe, já foram registradas 49,3 mil operações, com cerca de R\$ 7,9 bilhões contratados desde o início da nova fase. Já o ProCred 360 contabiliza 14,8 mil operações e aproximadamente R\$ 611 milhões em crédito liberado, voltados a MEIs e pequenas empresas com faturamento de até R\$ 360 mil.

Contrata+Brasil

Na plataforma Contrata+Brasil, que conecta pequenos fornecedores às licitações e compras públicas, já são mais de 1.694 órgãos públicos cadastrados, além de mais de 10 mil empresas participantes. De acordo com o ministro, a plataforma acumula mais de R\$ 20,6 milhões em contratações aprovadas, com mais de 3.900 contratos formalizados e mais de 1.400 microempreendedores efetivamente contratados. O valor médio por contratação gira em torno de R\$ 5,9 mil, com destaque para serviços de manutenção, pequenos reparos, jardinagem, pintura e instalações elétricas. O governo avalia que a ferramenta reduz burocracia e amplia a participação de micro e pequenas empresas no orçamento público, especialmente em municípios.

Agenda integrada

A estratégia do governo combina três frentes principais: reor-

ganização da jornada de trabalho, ampliação do acesso ao crédito e estímulo à participação de pequenos negócios em compras públicas. A avaliação oficial é de que essas medidas atuam de forma conjunta para aumentar produtividade, reduzir desigualdades e fortalecer o empreendedorismo no país. O ministro afirmou que a transição será gradual e baseada em diálogo com empresas e trabalhadores, com foco na sustentabilidade fiscal e na preservação do emprego formal.

Mudanças no MEI

Há propostas no Congresso para elevar o limite de R\$ 81 mil para valores entre R\$ 130 mil e R\$ 145 mil. Pereira considera a proposta inviável no momento, mas ressaltou que o governo deve buscar uma solução equilibrada, tanto ao empreendedor quanto para a responsabilidade fiscal do país.

Correio da Manhã questiona ministro sobre “pejotização” e impactos no INSS

Durante a entrevista do programa “Bom Dia, Ministro”, o Jornal Correio da Manhã participou da rodada de perguntas ao ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Paulo Pereira, com foco nos impactos da expansão de pessoas jurídicas no mercado de trabalho e seus efeitos sobre a Previdência Social.

O debate abordou o crescimento do número de Microempreendedores Individuais (MEIs) no Brasil e a possível migração de trabalhadores da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para o modelo de pessoa jurídica, além dos impactos desse movimento na arrecadação previdenciária. O tema envolve o fenômeno conhecido como pejotização, quando trabalhadores são contratados como pessoa jurídica

em vez de regime formal de emprego. Na prática, o profissional abre um CNPJ e presta serviços como empresa, embora em alguns casos mantenha características típicas de vínculo empregatício, como subordinação, jornada fixa e exclusividade. Segundo dados oficiais, o Brasil conta atualmente com cerca de 16,8 milhões de microempreendedores individuais (MEIs) ativos, o que torna o regime uma das principais formas de formalização do trabalho no país.

Ao responder sobre o tema, o ministro explicou que a finalidade original da criação do MEI era permitir que o empreendedor informal tivesse acesso a todo o sistema de seguridade. “O sistema foi pensado para aquele empreendedor, para aquela empreendedora que era informal. [...] a manicure que trabalha



A pejotização “é uma distorção”, disse o ministro

por conta própria, o pequeno chuveiro, as pessoas que vendem comida para fora, para permitir que essas rendas fossem formalizadas.”

Em seguida, o ministro fez críticas ao uso indevido do modelo

em substituição ao emprego formal. “A pessoa lá é um trabalhador seletista. Então, você vai romper o seu vínculo e vou te contratar com o MEI. Não é para isso o sistema. O sistema não foi pensado para

isso. E isso é uma distorção que o governo, as autoridades precisam ficar de olho.” - completou.

O CM também questionou o ministro sobre o número de MEIs que pagam 15% via Guia da Previdência Social (GPS) para ter direito à aposentadoria seguindo a regra de transição por tempo de contribuição. Esse valor é pago além dos 5% cobrados mensalmente via DAS (Documento de Arrecadação Simples), que dará ao trabalhador o direito a se aposentar apenas por idade, recebendo um salário mínimo. O ministro não apresentou números, mas esclareceu que o governo reconhece que a substituição de vínculos CLT por pejotização pode gerar impactos na arrecadação da Previdência e o tema vem sendo acompanhado pelo governo para preservar o emprego formal.